



Número: **0804371-58.2019.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB**

Última distribuição : **24/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAUL HENRY DE SOUZA (AUTOR)		RAILSON SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) INDIANARA CAVALCANTE CANDIDO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27260 265	24/12/2019 09:19	Petição Inicial	Petição Inicial
27260 266	24/12/2019 09:19	Ação_cobrança_DPVAT - Negativa total	Outros Documentos
27260 267	24/12/2019 09:19	docs_pessoais	Outros Documentos
27260 268	24/12/2019 09:19	procuração	Outros Documentos
27260 269	24/12/2019 09:19	doc_veículo	Outros Documentos
27260 270	24/12/2019 09:19	boletim_de_ocorrência	Outros Documentos
27260 272	24/12/2019 09:19	prontuário	Outros Documentos
27260 271	24/12/2019 09:19	resultado_administrativo	Outros Documentos
27260 287	24/12/2019 09:31	Substabelecimento	Substabelecimento
27260 288	24/12/2019 09:31	SUBSTABELECIMENTO	Substabelecimento
28618 418	28/02/2020 11:03	Despacho	Despacho
30084 880	23/04/2020 09:35	Certidão	Certidão
33377 343	19/08/2020 12:52	Expediente	Expediente
33377 344	19/08/2020 12:52	Carta	Carta
33424 700	20/08/2020 11:38	Expediente	Expediente
33424 701	20/08/2020 11:38	Carta	Carta

Petição e documentos em anexo



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DA COMARCA DE GUARABIRA – PARAÍBA**

- JUSTIÇA GRATUITA

- INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

O Sr. PAUL HENRY DE SOUZA, brasileiro, casado, vendedor, inscrito no R.G. sob o nº 2711685 (SSP-PB) e no C.P.F./M.F. sob o nº 041.508.624-86, residente e domiciliado na Rua Joventina da Silva, nº 81, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, por intermédio de seu advogado signatário, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço na Rua XV de Novembro, nº 5, sala 1, Centro, na cidade de Guarabira, onde recebe intimações e comunicações de estilo, vem, respeitosamente, perante V. Exa., ajuizar a presente

ACÃO DE COBRANÇA

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

DOS REQUERIMENTOS INICIAIS

Justiça Gratuita

O PROMOVENTE é pobre na forma da lei e não dispõe de recursos para custear as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Por isso, a parte AUTORA faz jus a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e do art. 98 do NCPC.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



DOS FATOS

No dia 13 de agosto de 2019, às 15h56min, o PROMOVENTE, estava conduzindo uma motocicleta de marca/modelo HONDA NXR-150 BROS MIX KS, Cor Preta, Placa MQB-4816/PB, ocasião em que perdeu o controle na Rodovia que liga Guarabira à Pirpirituba, vindo a cair ao solo, causando-lhe sérios danos físicos, conforme prova boletim de ocorrência em anexo.

Em virtude do suscitado acidente, segundo constam os laudos médicos emitidos pelo **Dr. Matheus Mozart, CRM/PB nº 9456**, o PROMOVENTE foi acometido da seguinte mazela:

✓ **(CID 10 S52.5)** – Fratura da Extremidade Distal do Rádio;

Diante da perda da capacidade física, tendo em vista ainda o caráter permanente das mazelas que o acometem, observa-se que o PROMOVENTE faz jus a receber a indenização do seguro DPVAT;

Nesse contexto, o PROMOVENTE, preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, encaminhou o seu pedido para a empresa ré. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previsto e que são costumeiramente solicitados, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o PROMOVENTE teve seu pedido autuado com o número de sinistro nº **3190587138**.

Dessa forma, devido ao ocorrido, seria devido ao PROMOVENTE o pagamento do prêmio segurado, na forma do art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. **Porém, fora negado, administrativamente, sob a alegação de não identificação de sequelas, conforme prova documentação anexa.**

No entanto, Excelência, é evidente que o PROMOVENTE ficou permanentemente incapacitado como demonstra laudos médicos anexos aos autos, sendo a decisão negatória indevida.

Assim, restando plenamente comprovado a incapacidade do PROMOVENTE devido ao acidente ocorrido e a negativa da PROMOVIDA em pagar o prêmio ao AUTOR sem nenhuma justificativa plausível, vem o PROMOVENTE perante esta justiça para solucionar o presente litígio.

DO DIREITO

A fim de dar aplicabilidade ao princípio da dignidade da pessoa humana, através da edição da Lei nº 6.194/74, o Legislador Infraconstitucional criou o seguro DVPAT, uma importante ferramenta de seguro universal, destinado a amparar aqueles que, em virtude de acidente de trânsito, perdem parentes ou acabam perdendo, de forma definitiva, parte da capacidade laborativa.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Por ser um seguro universal, patrocinado pela compra de automóveis, o DPVAT cobre todo e qualquer indivíduo que se envolver em acidente de trânsito, tenha, ou não, contribuído para o seguro.

Além de garantir um pagamento em dinheiro nos casos de morte ou invalidez permanente, o DPVAT reembolsa a vítima pelas despesas médicas e suplementares decorrentes do acidente de trânsito, a exemplo de despesas médicas e com a compra de medicamentos.

Dessa forma, tem-se que o art. 3º da lei nº 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Quando o acidente veicular torna o indivíduo inválido permanentemente, total ou parcial, o pagamento da indenização tem como teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), segundo previsão materializada no art. 3º, o inciso II, da Lei nº 6.194/74.

No que tange a incapacidade do **PROMOVENTE**, tem-se que os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO: O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.



Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo NCPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o NCPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.



Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, in casu levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao ônus probandi, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário à produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

Dos Honorários Advocatícios

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência*.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência”

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, a PROMOVENTE requer:

JUSTIÇA GRATUITA

- 1.1. **A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA**, segundo permissivo do *caput*, do art. 98 e art. 99, § 3º, do NCPC, c/c art. 5.º, LXXIV, da

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



CRFB/88, tendo em vista que a mesma não pode arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

- 1.2. **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, nos termos do que dispõe o art. 6.º, inciso VIII, do CDC;

CITAÇÃO

- 1.3. **A citação da PROMOVIDA pelos Correios**, nos termos do art. 246, inciso I, do NCPC, a fim de que, querendo, apresente defesa, sob pena de decretação de revelia e confissão quanto à matéria fática;

DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

- 1.4. Com o objetivo de atender ao que dispõe o art. 276 do CPC, o PROMOVENTE, desde já, propugna pela realização de perícia judicial, a fim de aferir a incapacidade do PROMOVENTE.

MÉRITO

- 1.5. **A total procedência da pretensão autoral**, a fim de que:
- 1.5.1. **A total procedência da pretensão autoral, a fim de que a PROMOVIDA seja condenada a pagar, em favor do PROMOVENTE, o valor da indenização do seguro DPVAT, no percentual de 100% do valor da indenização, nos termos do art. 3, II, da lei 6.194, o que equivale à quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;**

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

- 1.6. A condenação dos RÉUS ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, esses calculados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do que preceitua o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC;.

INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Considerando a natureza da ação, fazendo uso da faculdade do art. 319, VII, e do art. 334, § 5º, ambos do CPC, **o PROMOVENTE informa que tem interesse na designação de audiência de conciliação**, devendo o processo ser julgado de forma antecipada.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com





Railson Santos
Advocacia

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, em especial por testemunhas e documentos, inclusive com os que surjam posteriormente ao ajuizamento.

VALOR DA CAUSA

Dá à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, observando a exigência positivada nos arts. 291 e 292 do NCPC:

Nesses termos,
Pede e espera **DEFERIMENTO**.

Guarabira/PB, 24 de dezembro de 2019.

Railson Santos da Silva
OAB/PB nº 22.640

Indianara Cavalcante Cândido
OAB/PB nº 26.570

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADANIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

PB

NOME
PAUL HENRY DE SOUZA

DOC. IDENTIFIC. / ORG. EMISSOR DE
2711695 SSP PB

CPF
041.508.624-86

DATA NASCIMENTO
02/03/1982

PLACAO
ANA DE SOUZA

PERMISSAO
ACC C/RENA
AB

1º SERIE
05621421271

VALIDADE
28/12/2022

1ª VALIDACAO
08/07/2013

OBSERVAÇÕES

Assinatura do portador

LOCAL
GUARABIRA, PB

DATA EMISSAO
10/01/2018

Assinatura do emissor

60108665885
PB035987316

PARAIBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1631823683

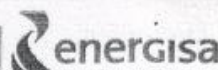
PROIBIDO PLASTIFICAR
1631823683





PATRICIA DA SILVA RODRIGUES
RUA JOVENTINA DA SILVA, 51 - STA TEREZINHA
GUARABIRA / PB CEP: 58200000 (AG. 22)

Ligação: MONOFÁSICO
Cis/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAKA RENDA
Roteiro: 2 - 22 - 27 - 6725 Referência: Set / 2019
Medidor: 00000934452 Emissão: 05/09/2019



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-880
CNPJ 08.085.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 030.514.822
Cod. para Deb. Automático: 90000500488

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Set / 2019	05/09/2019	07/10/2019	047.019.414-04 Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/50048-8

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em: saude.gov.br/vacina-brasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 08/09/19	Leitura 10880	Data 05/09/19	Leitura 16773	113

Demonstrativo					
Tributos Totais (R\$) - CMS (R\$) - ICMS					
0801 Consumo até 30 kWh-BR	30,000 0,280790	8,42	8,42	27	2,27
0801 Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70,000 0,481350	33,68	33,68	27	9,10
0801 Consumo - 101 a 220 kWh-BR	13,000 0,722020	9,38	9,38	27	2,53
0801 Adic. B. Vermelha		3,79	3,79	27	1,00
0810 Subsidio		42,08	42,08	27	11,36
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS					
0807 CONTRIBUIÇÃO LUMPUSCA		7,50	0,00	0	0,00
0804 JUROS DE MORA 07/2019		0,94	0,00	0	0,00
0804 JUROS DE MORA 08/2019		0,50	0,00	0	0,00
0805 MULTA 07/2019		1,79	0,00	0	0,00
0805 MULTA 08/2019		1,42	0,00	0	0,00
0805 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2019		0,21	0,00	0	0,00
0805 Devolução Subsidio		-28,37	0,00	0	0,00
TOTAL					
Código de Classificação do Item		81,23	97,34	28,28	97,34
Tarifas Tributos: Até 30 kWh: 0,199380 Até 100 kWh: 0,324650 Até 220 kWh: 0,488350					

ANEXO 01 (Anexo Impostos (R\$))	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
183	12/09/2019	R\$ 81,23

Histórico de Consumo (kWh)											
113	146	178	193	198	191	162	164	163	151	145	119
Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19

RESERVADO AO FISCO
2206.68ba.7b2e.8627.090e.9c40.0160.9d4d.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
IC MENSAL	5,31	0,00	NOMINAL	Serviços de Dist. da Energisa PB	13,85	16,91
IC TRIMESTRAL	11,82	0,00		Compra de Energia	18,56	24,08
IC ANUAL	23,64	0,00		Serviço de Transmissão	2,03	2,50
IC MENSAL	3,42	0,00	CONTRATADA	Encargos Setoriais	43,94	54,08
IC TRIMESTRAL	8,05	0,00	LIMITE INFERIOR	Impostos Diretos e Encargos	0,00	0,00
IC ANUAL	13,70	0,00	LIMITE SUPERIOR	Outros Serviços	0,00	0,00
JMC	3,42	0,00				
JICR	12,32	0,00				
TOTAL					81,23	100,00

Valor do EUSD (Ref. 7/2019) R\$ 25,82

ATENÇÃO		Faturas em atraso	
Onde encontrar a fatura: 3) como BAKA RENDA: 1) no site: www.energisa.com.br Resumo Tarifário - Vigência: 29/09/19 - Res. ANEEL nº 2.168 - Alta Tensão - 4,40% Médio Resumo Tarifário - Vigência: 29/09/19 - Res. ANEEL nº 2.168 - Baixa Tensão - 4,23% Médio - Leitura confirmada			

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

(0190.00009 02624.912008 05794.844174 6 801000000008123)

AGADADOR: PATRICIA DA SILVA RODRIGUES - CPF/CNPJ: 047.019.414-04
F. JA JOVENTINA DA SILVA, 51 - STA TEREZINHA - GUARABIRA / PB CEP: 58200000

Folha Nº	Nº Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
2249120005794844	000050048201909	12/09/2019	R\$ 81,23	

Beneficiário: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 08.085.183/0001-40
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-880

Agência / Código do beneficiário: 3084-3/2447-3



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 24/12/2019 09:19:29

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122409192918600000026311243>

Número do documento: 19122409192918600000026311243

PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE: O Sr. Paul Kennedy de Souza
_____, brasileiro (a), Casado,
crendedor, portador (a) do RG sob nº
2741685 (SSP-PB), inscrito (a) no CPF sob nº
041.508.624-86, residente e domiciliado (a) na
Rua Joventina da Silva, 81, Bairro Santa
Terezinha, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000.

OUTORGADOS: O Sr. **RAILSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, casado,
advogado, portador do CPF sob nº 094.162.764-05, inscrito na OAB/PB sob nº
22.640, com endereço profissional localizado na Rua 15 de novembro, 03, sala
01, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, a outorgante nomeia e
constitui o outorgado, como seu advogado e procurador, a quem confere amplos
e ilimitados poderes para o fôro em geral, com cláusula *ad-judicia*, afim de que,
agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos
da outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública,
autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a
outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo quando for réu, interessado
ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo,
recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário, ou arrolamento,
firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como,
substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier,
e praticando todos os atos necessários para o bom cumprimento do presente
mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Guarabira - PB, 30 de Outubro de 2019.

Paul Kennedy de Souza

OUTORGANTE





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 002/2019
Ocorrência nº. 410/2019

Aos **QUINZE** dias de **AGOSTO** de **DOIS MIL E DEZENOVE** nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JOSINALDO FELIX RIBEIRO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, FONE 3271-2971 -aí, por volta 10h:00 min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

NOME: PAUL HENRY DE SOUZA conhecido(a) por **PAUL** Identidade nº 2711685/SSP/PB, CPF 041.508.624-86, nacionalidade brasileiro, estado civil: CASADO, profissão: filho(a) de Ana de Souza e pai não declarado, natural de Guarabira/PB, nascido(a) 02/03/1982, do sexo masculino, residente e domiciliado(a) Rua Joventina S da Silva nº 81 bairro Santa Terezinha tendo como ponto de referência: na cidade de Guarabira/PB, fone(s) para contato: 83—98665-3283

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) Natureza do fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO**
- 2) data do fato: 13/08/2019**
- 3) Horário do fato: 18: 00hs**
- 4) Local do fato: Rodovia que liga Guarabira à Pirpirituba/PB**

5) Breve resumo do fato:

QUE informa o noticiante que no dia 13/08/2019 por volta das 15:56hs, conduzia uma moto HONDA NXR-150 BROS MIX KS, de cor preta, placa MQB-4816/PB, ano 2010, chassi 9C2KD0530AR009851, em nome de DIGENILSON DA SILVA RIBEIRO, na Rodovia em que liga Guarabira à Pirpirituba/PB, ocasião em que perdeu o controle da mesma, vindo a cair ao solo, sendo socorrido por populares, que ora passava na rodovia, para o Hospital Regional de Guarabira/PB, onde foi constatado uma fratura na mão esquerda, conforme consta Prontuário Médico Hospitalar em anexo, que por este motivo registra a ocorrência e solicita certidão para os devidos fins.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

O mesmo indica na qualidade de testemunha

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Paul Henry de Souza

PAUL HENRY DE SOUZA

Comunicante

Rosicleide Rodrigues da Silva
Rosicleide Rodrigues da Silva
Escrivã/agente
Mat.127.554-2

Modelos_Delegado_JLASHLTO



$$P = 49852$$


FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO – UPS
NOME: Hospital Dia Top Mais LTDA
CNPJ: 17.093.858/0001-01
ENDEREÇO: Rua Santa Helena, 100 – Jd. Santa Helena – São Paulo – SP
CEP: 05401-000
FONE: (11) 5082-1000
FAX: (11) 5082-1000
E-MAIL: contato@hospitaldia.com.br
CNPJ: 31.357.345/0001-20 ENDEREÇO: Praça Nossa Senhora da Luz, 54 – Jd. Santa Helena – São Paulo – SP
CEP: 05401-000
FONE: (11) 5082-1000
FAX: (11) 5082-1000
E-MAIL: contato@hospitaldia.com.br

NOME: PAUL HENRY DE SOUZA SEXO: M IDADE: 37 ANOS
PROFISSÃO:
NACIONALIDADE: Brasileira DOCUMENTOS: 2711685
ENDEREÇO: RUA: JOVENTINA S DA SILVA, 81 BAIRRO: SANTA TEREZINHA
MUNICÍPIO: GUARABIRA ESTADO: PARAIBA
CÓDIGO IBGE MUNICÍPIO: 2506301 CEP: 58200-000
CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): 700 2014 0661 5520
DATA DO NASCIMENTO: 02/03/1982 DATA DE ATENDIMENTO: 13/08/2015

RAÇA / ETNIA: () BRANCA () PRETA (X) PARD A () AMARELA () INDÍGENA () SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Quero 95 moto em 5 horas
- 95 e 100 em 1 hora 15 min
- 100 e 110 em 1 hora 15 min
- 110 e 120 em 1 hora 15 min
- 120 e 130 em 1 hora 15 min
- 130 e 140 em 1 hora 15 min
- 140 e 150 em 1 hora 15 min
- 150 e 160 em 1 hora 15 min
- 160 e 170 em 1 hora 15 min
- 170 e 180 em 1 hora 15 min
- 180 e 190 em 1 hora 15 min
- 190 e 200 em 1 hora 15 min
- 200 e 210 em 1 hora 15 min
- 210 e 220 em 1 hora 15 min
- 220 e 230 em 1 hora 15 min
- 230 e 240 em 1 hora 15 min
- 240 e 250 em 1 hora 15 min
- 250 e 260 em 1 hora 15 min
- 260 e 270 em 1 hora 15 min
- 270 e 280 em 1 hora 15 min
- 280 e 290 em 1 hora 15 min
- 290 e 300 em 1 hora 15 min
- 300 e 310 em 1 hora 15 min
- 310 e 320 em 1 hora 15 min
- 320 e 330 em 1 hora 15 min
- 330 e 340 em 1 hora 15 min
- 340 e 350 em 1 hora 15 min
- 350 e 360 em 1 hora 15 min
- 360 e 370 em 1 hora 15 min
- 370 e 380 em 1 hora 15 min
- 380 e 390 em 1 hora 15 min
- 390 e 400 em 1 hora 15 min
- 400 e 410 em 1 hora 15 min
- 410 e 420 em 1 hora 15 min
- 420 e 430 em 1 hora 15 min
- 430 e 440 em 1 hora 15 min
- 440 e 450 em 1 hora 15 min
- 450 e 460 em 1 hora 15 min
- 460 e 470 em 1 hora 15 min
- 470 e 480 em 1 hora 15 min
- 480 e 490 em 1 hora 15 min
- 490 e 500 em 1 hora 15 min
- 500 e 510 em 1 hora 15 min
- 510 e 520 em 1 hora 15 min
- 520 e 530 em 1 hora 15 min
- 530 e 540 em 1 hora 15 min
- 540 e 550 em 1 hora 15 min
- 550 e 560 em 1 hora 15 min
- 560 e 570 em 1 hora 15 min
- 570 e 580 em 1 hora 15 min
- 580 e 590 em 1 hora 15 min
- 590 e 600 em 1 hora 15 min
- 600 e 610 em 1 hora 15 min
- 610 e 620 em 1 hora 15 min
- 620 e 630 em 1 hora 15 min
- 630 e 640 em 1 hora 15 min
- 640 e 650 em 1 hora 15 min
- 650 e 660 em 1 hora 15 min
- 660 e 670 em 1 hora 15 min
- 670 e 680 em 1 hora 15 min
- 680 e 690 em 1 hora 15 min
- 690 e 700 em 1 hora 15 min
- 700 e 710 em 1 hora 15 min
- 710 e 720 em 1 hora 15 min
- 720 e 730 em 1 hora 15 min
- 730 e 740 em 1 hora 15 min
- 740 e 750 em 1 hora 15 min
- 750 e 760 em 1 hora 15 min
- 760 e 770 em 1 hora 15 min
- 770 e 780 em 1 hora 15 min
- 780 e 790 em 1 hora 15 min
- 790 e 800 em 1 hora 15 min
- 800 e 810 em 1 hora 15 min
- 810 e 820 em 1 hora 15 min
- 820 e 830 em 1 hora 15 min
- 830 e 840 em 1 hora 15 min
- 840 e 850 em 1 hora 15 min
- 850 e 860 em 1 hora 15 min
- 860 e 870 em 1 hora 15 min
- 870 e 880 em 1 hora 15 min
- 880 e 890 em 1 hora 15 min
- 890 e 900 em 1 hora 15 min
- 900 e 910 em 1 hora 15 min
- 910 e 920 em 1 hora 15 min
- 920 e 930 em 1 hora 15 min
- 930 e 940 em 1 hora 15 min
- 940 e 950 em 1 hora 15 min
- 950 e 960 em 1 hora 15 min
- 960 e 970 em 1 hora 15 min
- 970 e 980 em 1 hora 15 min
- 980 e 990 em 1 hora 15 min
- 990 e 1000 em 1 hora 15 min
- 1000 e 1010 em 1 hora 15 min
- 1010 e 1020 em 1 hora 15 min
- 1020 e 1030 em 1 hora 15 min
- 1030 e 1040 em 1 hora 15 min
- 1040 e 1050 em 1 hora 15 min
- 1050 e 1060 em 1 hora 15 min
- 1060 e 1070 em 1 hora 15 min
- 1070 e 1080 em 1 hora 15 min
- 1080 e 1090 em 1 hora 15 min
- 1090 e 1100 em 1 hora 15 min
- 1100 e 1110 em 1 hora 15 min
- 1110 e 1120 em 1 hora 15 min
- 1120 e 1130 em 1 hora 15 min
- 1130 e 1140 em 1 hora 15 min
- 1140 e 1150 em 1 hora 15 min
- 1150 e 1160 em 1 hora 15 min
- 1160 e 1170 em 1 hora 15 min
- 1170 e 1180 em 1 hora 15 min
- 1180 e 1190 em 1 hora 15 min
- 1190 e 1200 em 1 hora 15 min
- 1200 e 1210 em 1 hora 15 min
- 1210 e 1220 em 1 hora 15 min
- 1220 e 1230 em 1 hora 15 min
- 1230 e 1240 em 1 hora 15 min
- 1240 e 1250 em 1 hora 15 min
- 1250 e 1260 em 1 hora 15 min
- 1260 e 1270 em 1 hora 15 min
- 1270 e 1280 em 1 hora 15 min
- 1280 e 1290 em 1 hora 15 min
- 1290 e 1300 em 1 hora 15 min
- 1300 e 1310 em 1 hora 15 min
- 1310 e 1320 em 1 hora 15 min
- 1320 e 1330 em 1 hora 15 min
- 1330 e 1340 em 1 hora 15 min
- 1340 e 1350 em 1 hora 15 min
- 1350 e 1360 em 1 hora 15 min
- 1360 e 1370 em 1 hora 15 min
- 1370 e 1380 em 1 hora 15 min
- 1380 e 1390 em 1 hora 15 min
- 1390 e 1400 em 1 hora 15 min
- 1400 e 1410 em 1 hora 15 min
- 1410 e 1420 em 1 hora 15 min
- 1420 e 1430 em 1 hora 15 min
- 1430 e 1440 em 1 hora 15 min
- 1440 e 1450 em 1 hora 15 min
- 1450 e 1460 em 1 hora 15 min
- 1460 e 1470 em 1 hora 15 min
- 1470 e 1480 em 1 hora 15 min
- 1480 e 1490 em 1 hora 15 min
- 1490 e 1500 em 1 hora 15 min
- 1500 e 1510 em 1 hora 15 min
- 1510 e 1520 em 1 hora 15 min
- 1520 e 1530 em 1 hora 15 min
- 1530 e 1540 em 1 hora 15 min
- 1540 e 1550 em 1 hora 15 min
- 1550 e 1560 em 1 hora 15 min
- 1560 e 1570 em 1 hora 15 min
- 1570 e 1580 em 1 hora 15 min
- 1580 e 1590 em 1 hora 15 min
- 1590 e 1600 em 1 hora 15 min
- 1600 e 1610 em 1 hora 15 min
- 1610 e 1620 em 1 hora 15 min
- 1620 e 1630 em 1 hora 15 min
- 1630 e 1640 em 1 hora 15 min
- 1640 e 1650 em 1 hora 15 min
- 1650 e 1660 em 1 hora 15 min
- 1660 e 1670 em 1 hora 15 min
- 1670 e 1680 em 1 hora 15 min
- 1680 e 1690 em 1 hora 15 min
- 1690 e 1700 em 1 hora 15 min
- 1700 e 1710 em 1 hora 15 min
- 1710 e 1720 em 1 hora 15 min
- 1720 e 1730 em 1 hora 15 min
- 1730 e 1740 em 1 hora 15 min
- 1740 e 1750 em 1 hora 15 min
- 1750 e 1760 em 1 hora 15 min
- 1760 e 1770 em 1 hora 15 min
- 1770 e 1780 em 1 hora 15 min
- 1780 e 1790 em 1 hora 15 min
- 1790 e 1800 em 1 hora 15 min
- 1800 e 1810 em 1 hora 15 min
- 1810 e 1820 em 1 hora 15 min
- 1820 e 1830 em 1 hora 15 min
- 1830 e 1840 em 1 hora 15 min
- 1840 e 1850 em 1 hora 15 min
- 1850 e 1860 em 1 hora 15 min
- 1860 e 1870 em 1 hora 15 min
- 1870 e 1880 em 1 hora 15 min
- 1880 e 1890 em 1 hora 15 min
- 1890 e 1900 em 1 hora 15 min
- 1900 e 1910 em 1 hora 15 min
- 1910 e 1920 em 1 hora 15 min
- 1920 e 1930 em 1 hora 15 min
- 1930 e 1940 em 1 hora 15 min
- 1940 e 1950 em 1 hora 15 min
- 1950 e 1960 em 1 hora 15 min
- 1960 e 1970 em 1 hora 15 min
- 1970 e 1980 em 1 hora 15 min
- 1980 e 1990 em 1 hora 15 min
- 1990 e 2000 em 1 hora 15 min
- 2000 e 2010 em 1 hora 15 min
- 2010 e 2020 em 1 hora 15 min
- 2020 e 2030 em 1 hora 1

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

EXAMINER'S MARKS

RESULTADOS:

MATERIAIS, MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS:

ENTADURA GESSADA/ FITA CREPE / FAIXA DE CREPON / ALGODÃO ORTOPÉDICO

CARÁTER DO ATENDIMENTO:

() ELETIVO
(X) URGÊNCIA
() ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA
() ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
() OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
() OUTROS TIPOS DE LESÕES POR ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO – Descrição

- ATENDIMENTO MÉDICO
- RADIOGRAFIA (S)
- IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317
 2318
 2319
 2320
 2321
 2322
 2323
 2324
 2325
 2326
 2327
 2328
 2329
 2330
 2331
 2332
 2333
 2334
 2335
 2336
 2337
 2338
 2339
 2340
 2341
 2342
 2343
 2344
 2345
 2346
 2347
 2348
 2349
 2350
 2351
 2352
 2353
 2354
 2355
 2356
 2357
 2358
 2359
 2360
 2361
 2362
 2363
 2364
 2365
 2366
 2367
 2368
 2369
 2370
 2371
 2372
 2373
 2374
 2375
 2376
 2377
 2378
 2379
 2380
 2381
 2382
 2383
 2384
 2385
 2386
 2387
 2388
 2389
 2390
 2391
 2392
 2393
 2394
 2395
 2396
 2397
 2398
 2399
 2400
 2401
 2402
 2403
 2404
 2405
 2406
 2407
 2408
 2409
 2410
 2411
 2412
 2413
 2414
 2415
 2416
 2417
 2418
 2419
 2420
 2421
 2422
 2423
 2424
 2425
 2426
 2427
 2428
 2429
 2430
 2431
 2432
 2433
 2434
 2435
 2436
 2437
 2438
 2439
 2440
 2441
 2442
 2443
 2444
 2445
 2446
 2447
 2448
 2449
 2450
 2451
 2452
 2453
 2454

DIAGNÓSTICO:

CID:

MEDICAÇÃO:

	(X) PRESCRITA	() OBSERVAÇÃO
	() APLICADA	() INTERNAÇÃO

ENCAMINHAMENTO:

(f) RESIDENCIA
() OUTRO HOSPITAL
() OUTROS

SERVICIOS REALIZADOS - CÓDIGO / PROCEDIMIENTO

[illegible]

Dr. Mathaeus Mozart
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 16718
- Curitiba 9456

ASS. DO(S) PROFISSIONAL (S) ASSISTENTE(S) - Carlinhos 9456 16756

CNS:

CBO: 225270

CRM:

ASS DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL:

OW POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO – Carimbo

CLASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO – Carimbo



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190587138

Vítima: PAUL HENRY DE SOUZA

Data do Acidente: 13/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), PAUL HENRY DE SOUZA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14977690



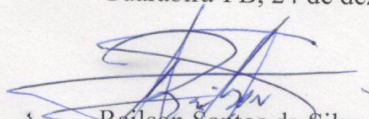
Substabelecimento em anexo



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabeleço, semreservas, a Advogada INDIANARA CAVALCANTE CÂNDIDO, inscrita na OAB/PB sob o nº. 26.570, os poderes que me foram constituídos os poderes que me foram constituídos por PAUL HENRY DE SOUZA, nos autos do processo de nº 0804371-58.2019.8.15.0181, em trâmite junto a 2ª Vara Mista da Comarca da cidade de Guarabira-PB.

Guarabira-PB, 24 de dezembro de 2019.


Railson Santos da Silva
OAB/PB nº 22.640





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0804371-58.2019.8.15.0181

DESPACHO

V i s t o s , e t c .

Defiro a gratuidade judiciária.

Ante a inequívoca hipossuficiência da parte autora, defiro o pedido de inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º,
V I I I , d o C D C .

Por outro lado, encaminhe-se os autos ao CEJUSC, objetivando a designação de data para realização da audiência de
mediação e/ou conciliação, observando as cautelas legais.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência.
Cite-se/intime-se a parte demandada, fazendo as advertências legais.

GUARABIRA, 28 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Número do Processo: 0804371-58.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: AUTOR: PAUL HENRY DE SOUZA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que em conformidade com os termos do Art. 11, § 2º e Art. 17 do Ato Normativo Conjunto n.º 001/2020 e 004/2020, TJ-PB/MP-PB/DPE-PB/OABPB, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), de ordem do(a) MM. Juiz(a) fica o processo aguardando novas deliberações, o que será definido pela Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, como consignado no mencionado ato. Aguarde-se os autos no Cejusc até ulterior deliberação.

Certifico e dou fé.

, 23 de abril de 2020
SHIRLEANDRO SOARES PACHECO





Pode Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

**INTIMAÇÃO POLOS ATIVO(S)
AUDIÊNCIA VIRTUAL**

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
P r o c e s s o : 0804371-58.2019.8.15.0181
C l a s s e d o P r o c e s s o : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o (s) d o P r o c e s s o : [Seguro]
P o l o a t i v o : PAUL HENRY DE SOUZA
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1) DA AUDIÊNCIA VIRTUAL

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, fica readequada a pauta de audiência por meio da plataforma videoconferência pelo (App Cisco Webex). A(S) PART PROMOVENTE(S), fica(m) INTIMADA(S), através de seu(s)/ua(s) ADVOGADO(A/S), para participar(em) da audiência, a qual será reduzida a termo, devendo os(as) Procuradores(as) darem ciência aos seus respectivos clientes.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS que a presente intimação foi encaminhada, via sistema, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe/TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme os Arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c Art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.



3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página, na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m670aac5e93928e0cee8ca6deb3b8ad5a>

5) D U R A N T E A A U D I Ê N C I A

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (eco) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) A P Ó S A A U D I Ê N C I A :

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) S U P O R T E C E J U S C V I R T U A L

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

Guarabira/PB, 19 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

8) O B S E R V A Ç Ã O :

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Preposição e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...




Poder Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA VIRTUAL

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Processo: 0804371-58.2019.8.15.0181
Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s) do Processo: [Seguro]
Polo ativo: PAUL HENRY DE SOUZA
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1)) D A A U D I Ê N C I A V I R T U A L

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida, acima qualificada, para, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, participar da audiência, acompanhado de Advogado(a),  que será reduzida a termo.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página. Na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:



<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m670aac5e93928e0cee8ca6deb3b8ad5a>

5) DURANTE A AUDIÊNCIA

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (ecos) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) APÓS A AUDIÊNCIA

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail, o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) **S U P O R T E** **C E J U S C** **V I R T U A L**

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

A T E N Ç Ã O :

Segue anexo, cópia da petição inicial. Atente-se a parte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 19 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

OBSERVAÇÃO:

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

...

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Propositura e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO

CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 27260266; 28618418.



Pode Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

INTIMAÇÃO POLOS ATIVO(S)
AUDIÊNCIA VIRTUAL

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
P r o c e s s o : 0804371-58.2019.8.15.0181
C l a s s e d o P r o c e s s o : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o (s) d o P r o c e s s o : [Seguro]
P o l o a t i v o : PAUL HENRY DE SOUZA
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1) DA AUDIÊNCIA VIRTUAL

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, fica readequada a pauta de audiência por meio da plataforma videoconferência pelo (App Cisco Webex). A(S) PART PROMOVENTE(S), fica(m) INTIMADA(S), através de seu(s)/ua(s) ADVOGADO(A/S), para participar(em) da audiência Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 09/10/2020 Hora: 12:30, a qual será reduzida a termo, devendo os(as) Procuradores(as) darem ciência aos seus respectivos clientes.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS que a presente intimação foi encaminhada, via sistema, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe/TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme os Arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c Art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página, na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m670aac5e93928e0cee8ca6deb3b8ad5a>

5) D U R A N T E A A U D I Ê N C I A

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (eco) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) A P Ó S A A U D I Ê N C I A :

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) S U P O R T E C E J U S C V I R T U A L

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

Guarabira/PB, 20 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

8) O B S E R V A Ç Ã O :

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Preposição e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...

Poder Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
AUDIÊNCIA VIRTUAL**

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Processo: 0804371-58.2019.8.15.0181
Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s) do Processo: [Seguro]
Polo ativo: PAUL HENRY DE SOUZA
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1)) D A A U D I Ê N C I A V I R T U A L

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida, acima qualificada, para, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, participar da audiência, acompanhado de Advogado(a), **Tipo: Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 09/10/2020 Hora: 12:30.** que será reduzida a termo.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página. Na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m670aac5e93928e0cee8ca6deb3b8ad5a>

5) DURANTE A AUDIÊNCIA

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (ecos) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) APÓS A AUDIÊNCIA

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail, o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) **S U P O R T E** **C E J U S C** **V I R T U A L**

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

A T E N Ç Ã O :

Segue anexo, cópia da petição inicial. Atente-se a parte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 20 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

OBSERVAÇÃO:

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

...

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Propositura e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO

CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 27260266; 28618418.